

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 13.02.2023

Local: Reunião híbrida. Sala de reuniões da Vice-Presidência do TRT4 (sala 1101 do prédio sede). Teleconferência.

Presenças:

Desembargadora **Rosane Serafini Casa Nova**, Presidente da Comissão de Jurisprudência;

Desembargador **Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa**, Presidente da Comissão de Regimento Interno;

Desembargador **Wilson Carvalho Dias**;

Desembargador **João Batista de Matos Danda**;

Desembargadora **Beatriz Renck**;

Desembargador **Rosiul de Freitas Azambuja**;

Juiz do Trabalho **Cesar Zucatti Pritsch**;

Juiz do Trabalho **Marcos Rafael Pereira Pizino**.

Secretário: Nataniel Soares Medeiros (Coordenadoria de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas).

Horário: 15h - 18h

Pauta: Análise das alterações do regimento interno relativas ao processamento dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e da minuta de resolução substituta da RA 19.

Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, às 15 horas, ocorreu reunião conjunta das Comissões de Jurisprudência e de Regimento Interno do TRT4, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi conduzida pela Desembargadora Rosane Serafini Casanova, conforme registro que segue. Desa. Rosane Serafini Casa Nova saúda a todos e passa à análise das alterações referidas na pauta. Em relação à competência do Presidente do Tribunal para instaurar IRDR, o Juiz Cesar Zucatti Pritsch refere que há vantagens práticas na instauração do IRDR pelo Presidente ou Vice-Presidente por delegação, e o Des. Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa diz que o Regimento Interno confere autonomia para tornar

efetiva a uniformização de jurisprudência, sendo que a Vice-Presidência do Tribunal, através da Secretaria de Recurso de Revista, pode identificar facilmente divergências jurisprudenciais; o Juiz Cesar Pritsch menciona a experiência do STJ no sentido de que a provocação da uniformização da jurisprudência é dada pela Presidência do Tribunal, pelo trabalho de admissibilidade dos repetitivos. O Des. João Batista de Matos Danda questiona se o Relator do processo afetado fica como relator do IRDR, ao que o Juiz Cesar Pritsch respondeu negativamente. A Desa. Beatriz Renck ressalta que o CPC não contém previsão de competência do Presidente para instauração de IRDR. A Desa. Rosane Casa Nova menciona o trabalho do NUGEPNAC do TRT4 de elaboração de propostas de IRDRs. A Desa. Beatriz Renck diz que o Presidente deve designar outro relator para o IRDR, e o Des. João Batista de Matos Danda sugere a retirada do texto que permitiria vincular o relator do processo paradigma ao IRDR. O Des. Wilson Carvalho Dias refere que a instauração de IRDR deveria suscitar análise muito mais ampla. O Des. Rosiul de Freitas Azambuja afirma que muitas das propostas de IRDRs apresentadas apresentam temas muito específicos, e que seria interessante a apresentação de temas mais representativos; o Des. Wilson Carvalho Dias refere que a Vice-Presidência tem os melhores meios para identificar temas de maior representatividade. O Juiz Cesar Pritsch menciona a ferramenta Pangea e a pesquisa da Secretaria de Recursos de Revista nela apresentada, referente a entendimentos do TST, ressaltando a utilidade de tal pesquisa para identificação de temas relevantes para IRDRs no âmbito regional. O Des. Ricardo Martins Costa e o Juiz Cesar Pritsch ressaltam a importância do Nugepnac em relação à propositura de novos IRDRs e a necessidade de que tal estrutura seja aproveitada. A Des. Beatriz Renck relata o problema referente ao envio do IRDR para o Tribunal Pleno sem análise profunda, com pouca discussão. Segue-se debate sobre a competência do Presidente do Tribunal para instauração de IRDR, sendo sugerida a supressão e a alteração de dispositivos da Resolução Administrativa nesse sentido, ao que todos concordam. O Juiz Marcos Rafael Pereira Pizino questiona a pertinência da desvinculação da relatoria do IRDR do Magistrado que o provocar; o Des. Ricardo Martins Costa refere que a vinculação poderia ser prejudicial, gerando a possibilidade de avocação de processos, sendo acrescentado pelo Des. Rosiul de Freitas Azambuja que o Relator pode ser vencido de qualquer forma. O Juiz Cesar Pritsch menciona que a Comissão de Jurisprudência idealizou uma forma de trazer maior fluxo para os IRDRs, ressaltando a capacidade da Vice-Presidência, pela admissibilidade dos recursos de revista, de identificar temas relevantes. O Des. Ricardo Martins Costa refere a possibilidade de a Vice-Presidência realizar tal trabalho de maneira informal, com o auxílio do Nugepnac e da Secretaria de Recurso de Revista. O Des. João Danda sugere a supressão de tal dispositivo, e a formalização do

procedimento através de e-mail da Vice-Presidência, ao que todos concordam. O Des. Ricardo Martins Costa requer que o Nugepnac providencie reunião com a Secretaria de Recurso de Revista para organizar tal procedimento. Sobre alteração da Resolução Administrativa referente ao memento para instauração do IRDR, o Des. João Danda refere que a doutrina corrobora o entendimento de que a instauração de IRDR deve ocorrer antes do início do julgamento do recurso. A Des. Beatriz Renck registra a importância das audiências públicas na instrução dos IRDRs, ao que todos concordam. O Des. Ricardo Martins Costa refere a necessidade de alteração de dispositivo do Regimento Interno quanto ao quórum para aprovação de Súmulas, sendo mencionada a necessidade de alteração de dispositivo específico nesse sentido; ainda, refere que as novas propostas dos instrumentos abordados na reunião devem ser encaminhadas pela Secretaria, após revisão pelos integrantes das duas Comissões, para apensamento ao PROAD a ser levado ao Tribunal Pleno. Terminada a nova análise do Regimento Interno e da Resolução Administrativa referente aos IRDRs e IACs efetuada pelas Comissões de Jurisprudência e de Regimento Interno, a Des. Rosane Serafini Casa Nova refere a qualidade do debate e a conquista de algumas evoluções, dando a reunião por encerrada. Reunião encerrada às 16h40, ata redigida pelo servidor Nataniel Soares Medeiros, da Coordenadoria de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas.